

O antigo e o novo testamento: livro didático e apostila escolar

Clecio Bunzen*

Universidade Federal de Pernambuco

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo discutir o ensino apostilado, observando a realidade educacional brasileira e seu contexto sócio-político-cultural. A introdução das apostilas como substitutas do livro didático deve-se ao desenvolvimento do ensino privado e ao descaso do Estado em relação à educação em geral. Pretendemos, então, situar as apostilas historicamente e refletir sobre : a) o porquê de as escolas adotarem este material; b) como este material é visto pelos professores e alunos. Esperamos que um debate sobre esses materiais contribua para uma prática voltada para o “comando” dos professores, pensando nos alunos como sujeitos heterogêneos.

Neste artigo, pretendemos, especificamente, discutir o ensino apostilado, pois acreditamos que as apostilas escolares (AE), por fazer parte da realidade de algumas escolas, não podem ser excluídas das nossas análises e críticas ao sistema educacional brasileiro. Esse novo viés não exclui o debate sobre os livros didáticos (LD). Primeiro, porque nos baseamos nos trabalhos que discutiam o livro didático para fundamentar nossa reflexão (Lajolo, 1982; Geraldi, 1987; Suassuna, 1994; Silva, 1998; Batista, 2000). Segundo, porque as apostilas são confeccionadas baseadas em livros didáticos ou “costumam ser a ‘pedra bruta’ ‘garimpada’ por representantes comerciais de editoras que ‘lapidada’ e submetida a processos editoriais, daria origem a livros produzidos e comercializados por editoras” (Batista, 2000:537).

Questionar os materiais didáticos é questionar o próprio ensino que neles se cristaliza, uma vez que não podemos dissociar os materiais do uso que dele se faz, pois não se trata de coisas diferentes, mais de “dois lados da mesma moeda” (Geraldi, 1987:5). Por esta razão, pretendemos fazer uma análise levando em conta a realidade educacional brasileira e seu contexto sócio-político-cultural.

A principal motivação em pesquisar esta área deve-se ao fato de perceber que, mesmo depois de uma formação acadêmica, a maioria dos profissionais das diversas áreas do conhecimento ainda não consegue ministrar suas aulas sem o apoio dos didáticos, ou como diz Silva (1998), “da bengala, muleta, lente para miopia ou escora que não deixa a casa cair”. Aliado a este fator, observamos também que as escolas públicas e particulares não contribuem para a autonomia do professor.

Pelo contrário, as escolas raramente refletem sobre o uso desses materiais em sua prática escolar, contribuindo assim para uma grande dependência dos “didáticos” por parte dos professores.

* Aluno premiado no segundo II CONGRAD, realizado na UFPE, em dezembro de 2001. Trabalho apresentado no 13º Congresso de Leitura no Brasil- COLE, mais especificamente, no II Seminário sobre o Livro Didático, realizado em julho de 2001 na Universidade Estadual de Campinas- Unicamp. A orientação para produção deste trabalho foi realizada pela professora Márcia Mendonça (UFPE).

O tema dos livros didáticos não é mais objeto de pouquíssimos estudos, como lamentava Marisa Lajolo em 1982. Nas últimas duas décadas, encontramos várias teses, livros, artigos e projetos de pesquisa, em todo Brasil, discutindo o tema em questão. Percebemos, porém, que a situação não é tão simples como parece, pois ainda existem muitos mistérios relacionados ao uso e à escolha desses materiais.

Riobaldo, personagem do Grande Sertão Veredas, disse: “Eu quase de nada sei. Mas desconfio de muita coisa.” Esta é também a nossa sensação diante dos fatos. Encontramos, por exemplo, diversos professores de ensino fundamental, médio e universitário sem refletir sobre o assunto. É curioso o fato de que alguns alunos universitários só começam a “discutir” os materiais didáticos no final da graduação, ou seja, nas disciplinas de Prática de Ensino. Essa atitude e tantas outras escondidas na “sombra do caos” mostram que, apesar das diversas pesquisas na área, os resultados não alcançaram de forma suficiente as escolas públicas e particulares, os cursos de magistério e as diversas licenciaturas.

Nossa breve reflexão está dividida em duas partes:

- a) o nosso posicionamento teórico em relação à prática pedagógica, ou seja, concepção de ensino aprendizagem, de aula, professor, aluno, etc.;
- b) uma reflexão sobre o ensino apostilado, através de dados coletados em escolas particulares.

1. Posicionamentos pedagógicos e os materiais didáticos

Para entender melhor como o LD e a AE são utilizados em nossas escolas, parece-nos necessário refletir um pouco sobre que tipo de aula e qual concepção de ensino-aprendizagem está presente nas escolas que utilizam esses materiais. Partimos do pressuposto de que apesar de encontrarmos um avanço nas teorias de prática de ensino, as aulas ainda estão moldadas pelo ensino tradicional. É interessante pensar qual é o papel dos livros didáticos e das apostilas numa prática educativa tradicional. Como nos indaga Rangel (2001:9), “por que insistir em práticas de ensino que por mais bem intencionadas que sejam, andam na contramão com a aprendizagem?”¹

Podemos começar a refletir sobre o que é um *livro didático*? Para Geraldi (1987:5), “todo livro presta-se a ser utilizado para fins didáticos(..) Isto não significa, entretanto, que qualquer livro utilizado para fins didáticos possa ser considerado um livro didático.” Para que possa ser considerado didático, “o livro deve ser usado de forma sistemática no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano”(Lajolo,1996:4). Como podemos perceber, o adjetivo *didático* não pode ser dissociado das noções de ensino e aprendizagem.

Como desenvolver uma prática observando o ensino e aprendizagem dos alunos, se a aula vem se transformando num espaço de pressão e opressão sobre os alunos ou de angústia e sofrimento para alguns professores? Por que ainda encontramos, nas escolas e nas universidades, professores que não conseguem prender os alunos em suas aulas sem a pressão da nota e das faltas? Um dos motivos para essa “didática” é não conceber a aula como uma experiência única que não se repete. Adotamos o

¹ Ver, a respeito, Silva (1998) e Lajolo (1996).

posicionamento das teorias pedagógicas progressistas, especificamente Paulo Freire e Freinet², para compreender melhor algumas noções pedagógicas, como a concepção de aula, de aluno, etc.

A partir de uma mudança na concepção de ensino, é que poderemos utilizar os diversos materiais produzidos para a escola de uma maneira mais reflexiva. Como afirma Silva (1998:46), “já faz um bom tempo que essas teorias estão em circulação no mercado; o grande problema é que elas não foram convenientemente transformadas em fundamentos diretivos para a ação pedagógica das nossas escolas”.

Que concepção de aula encontramos nas nossas escolas? Silva (1988) faz uma caricatura de como seria a alquimia de uma aula: o professor entra na sala, faz a chamada (se possível, demorando bastante), manda abrir o livro didático na lição ou página tal, dar um ou dois exemplos no quadro (quando há necessidade), observa a elaboração dos exercícios, dita as respostas colocadas no manual do professor e diz até amanhã. Esse tipo de aula pronta dispensa o docente de pensar e criar, “segundo as necessidades concretas do movimento de ensino-aprendizagem” (Geraldi, 1987:5).

Concordamos com a definição de aula proposta por Garcia (1997:63): “a aula é uma situação de encontro entre o professor e seus alunos, é uma dimensão de tempo-espaco onde é possível viver a magia e o encantamento de ter nas mãos e diante dos olhos o mundo para ser visto, pensando, debatido, revirado; para manter vivos os sonhos e desejos de mudança e transformação, de conhecer e aprender mais para se sentir mais confiante e seguro de si mesmo na relação e convivência com os outros.” Segundo a autora, a aula está basicamente sustentada por quatro pontos de apoio: conhecimento, relacionamento interpessoal, comunicação e compromisso do educador.

O primeiro ponto a ser levantado, que dificulta uma didática voltada para o ensino-aprendizagem de alunos heterogêneos, é a concepção de conteúdo. O conteúdo escolhido para ser ministrado nas salas de aula não é escolhido pelo professor, mas aquele do chamado “programa obrigatório”, exigido pelas escolas e veiculado nos LDs e nas AEs, etc. O livro e a apostila demonstram, na maioria das vezes, qual é a metodologia e quais as concepções utilizadas pelo educador, uma vez que este material é essencial para as aulas. “Eles, infelizmente, não são tratados como um complemento. Ao contrário, são um elemento tão presente na sala de aula quanto o próprio professor. Alguns deles proíbem os alunos de entrarem na sala de aula por não terem trazido os didáticos” (Bunzen, 2000:42).

Aliado a esse fator, observamos que a relação entre professor e alunos é uma relação entre alguém que sabe e os outros que pouco ou nada sabem. Em outras palavras, é o autoritarismo. Segundo Garcia (1997), essa relação é marcada pela falsidade, desconfiança e fingimento: “o aluno finge acatar docilmente as ordens do professor, mas vai aprendendo a ser dissimulado, esperto, tapeador, falso, bajulador na relação”. Sem diálogo, qual é a principal saída do professor? Explicar o conteúdo “empacotado nos livros didáticos”. “Os alunos com os livros abertos sobre as carteiras vão acompanhando as explicações do professor, exatamente em cima do que está

² É importante frisar que não teceremos comentários explícitos à teoria pedagógica de Freinet, mas seguiremos os passos de Garcia (1997), que, inspirada nos textos de Freinet, escreveu um artigo que utilizamos como base teórica para nossa discussão.

escrito no livro" (op.cit.:73) ou preenchendo os espaços em brancos das apostilas.

Por isso, percebemos que não é o professor, na maioria das vezes, que comanda as aulas, mas sim os materiais didáticos escolhidos pela escola. Britto (1997:257) aponta o fato de o livro apresentar-se como portador do conhecimento verdadeiro e necessário de modo que cabe ao aluno apenas apreender o seu conteúdo. Por isso, acreditamos que esses materiais funcionam como a Bíblia. Um plano de aula voltado exclusivamente para o LD ou para a AE tem como "objetivos" um plano de trabalho elaborado pelo autor do livro. Deste modo, "o professor é quase um repetidor do que está no livro" (Matencio,1998:92).

Quem deveria direcionar e determinar o ensino é o professor. Para Silva (1998:51), "nenhuma máquina, nenhum manual, nenhum livro didático pode substituir nem mesmo virtualmente as decisões tomadas pelo professor". Insistimos também que as decisões para escolha do material didático devem ser feitas pelo docente. O professor, segundo Abaurre et al. (1998), não deveria precisar que órgãos externos à escola e à sala de aula lhe indique (ordene) que livros usar.

Como disse Paulo Freire (1996): ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, ensinar exige apreensão da realidade, ensinar exige disponibilidade para o diálogo, ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

2. O novo testamento: as apostilas escolares

Segundo Freitag (apud Carmagnani,1999:46), o LD não possui uma história própria no Brasil, pois as mudanças que ocorreram não foram geradas por grupos diretamente ligados ao ensino, mas foram resultados de decretos, leis e medidas governamentais³.

A introdução das apostilas como substitutas do livro didático deve-se principalmente ao desenvolvimento do ensino privado nos últimos 20 anos e ao descaso do Estado em relação ao ensino desses estabelecimentos. Vale lembrar também que as formas de reprodução gráficas como o mimeógrafo, a xerox e o computador aceleraram o processo da "imprensa escolar", como comenta Batista (2000). A escola volta-se, então, para "a elaboração e confecção de apostilas, particularmente nos grandes sistema de ensino, nas séries terminais do nível médio e nos cursos pré-vestibulares⁴" (op. cit:537).

Carmagnani, em um artigo intitulado "Ensino apostilado e a venda de novas ilusões", afirma que as apostilas começaram a surgir nos cursinhos preparatórios para o vestibular e sua eficiência era testada pelo número de alunos que passavam no exame. Através desses cursinhos, as apostilas ficaram populares. A partir da década de 90, as escolas públicas começam a perder alunos no ensino médio, conforme pesquisa de Whitaker e Fiamengue (1999). Só ficaram nas escolas públicas aqueles alunos que não podiam pagar as caríssimas escolas particulares.

³ Ver, a respeito, Freitag (1997) e Fregonezi (1997).

⁴ "A editora Ática originou-se do setor gráfico de uma escola, no qual se elaboravam e se reproduziam apostilas de um curso de 'madureza', equivalente aos atuais cursos supletivos."(Batista, 2000:537)

Neste contexto, o cursinho pode ser definido como o local em que se aprende a fazer o vestibular. Onde ficou então a tão encantada eficiência da escola particular? Parece-nos que essas escolas transformaram-se em formadoras ideais para o sucesso do vestibular. Deste modo, as apostilas, até então só utilizadas em cursinhos, passaram a comandar também o ensino médio e atualmente o ensino fundamental. Em uma AE, utilizada na turma de 7ª série, já encontramos a seção: “*Aquecendo-se para o vestibular*”. É a busca desenfreada, como comenta Silva (1998), por métodos e propostas milagrosas e auto-suficientes, capazes de por si sós conduzirem o ensino e gerar aprendizagem.

O que é uma *apostila*? A palavra apostila vem do latim *postilla* que significa *após aquelas coisas*. Segundo o Aurélio, “recomendação à margem de um documento, acréscimo ao fim de uma carta, pontos ou matérias de aulas publicados para uso de alunos”. O problema é justamente este: esse material, como o próprio nome diz, deve ser uma adição a algo anterior. Entretanto, como foi confirmado, nas nossas observações e no estudo de Carmagnani, as apostilas vêm sendo utilizadas não apenas como um complemento, mas como fonte única do conhecimento fragmentado em disciplinas.

Voltamos a perguntar: por que será que as escolas utilizam este material? Como os professores e alunos a utilizam? Será a apostila a alternativa para não utilizar os LDs de forma tradicional?

2.1 Metodologia

Para estudar este fenômeno do ensino apostilado, resolvemos entrevistar os coordenadores e aplicar questionários em 4 escolas particulares que utilizam AE, no bairro de Jardim Atlântico, na cidade de Olinda, Pernambuco. Assim, temos o quadro com as informações gerais sobre as escolas:

Identificação da Escola ⁵	Ano de fundação	Número de alunos	Número de funcionários
Escola A	1995	130	20
Escola B	1980	800	70
Escola C	1996	300	Não informou.
Escola D	1989	900	85

Deste grupo, apenas três escolas aceitaram completamente a nossa proposta. A escola D, que não forneceu dados através dos questionários com os professores e alunos, apenas permitiu uma entrevista oral e sem gravações com a coordenação. Entretanto, essas informações nos ajudaram bastante a compreender o processo do ensino apostilado.

⁵ Todas as informações sobre a utilização das AEs foram fornecidas pelos coordenadores, professores e/ou alunos através de questionários, conversas espontâneas (sem gravação) e entrevistas orais (sem gravação).

⁶ Vale salientar que esta classificação é provisória, uma vez que a pesquisa sobre as apostilas está em uma fase inicial.

Em nossas primeiras observações, percebemos que existem diversos tipos de AEs. Por isso, resolvemos classificá-las⁶ em:

- Apostila do tipo 1: apostilas produzidas na própria escola por apenas um educador da área do conhecimento. Por exemplo, um professor de Ciências “X”, escolhido pela coordenação da escola, confecciona a apostila de Ciências e toda a escola a utiliza.
- Apostila do tipo 2: apostilas produzidas na própria escola por um grupo de professores da mesma área do conhecimento. Por exemplo, um grupo de professores de Química confecciona a apostila e toda a escola a utiliza. Na maioria das vezes, cada professor confecciona um capítulo e depois agrupam-se essas partes sem uma preocupação metodológica ou uma reflexão teórica.
- Apostila do tipo 3: apostilas produzidas, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste⁷, por sistemas integrados de ensino e distribuídas em todo país, com o mesmo conteúdo programático.
- Apostila do tipo 4: apostilas que são fotocópias de livros didáticos. Essas apostilas não solicitam autorização das editoras ou dos autores para reproduzirem seus livros, desrespeitando, assim, os direitos autorais dos livros.

Apresentaremos agora uma tabela especificando o tipo de apostilas encontradas nas três escolas analisadas:

Quadro 2: Tipos de apostilas das escolas pesquisadas

Identificação Da escola	Tipo de apostila	Toda a escola utiliza o mesmo material?	A escola utiliza esse material didático, desde sua fundação? ⁸
Escola A	Tipo 4	Não (LD na educação infantil)	Não
Escola B	Tipo 3	Sim	Não
Escola C	Tipo 1	Não (LD no ensino fundamental e AE no ensino médio)	Sim
Escola D	Tipo 3	Sim	Não

2.2 Analisando alguns dados

Uma análise mais detalhada sobre esses tipos de AEs está revelando mudanças tanto na autonomia do professor em sala de aula e na sua prática pedagógica quanto na relação professor/aluno/conteúdo, etc. As escolas que utilizam apostilas dos tipos

⁷ Vale salientar que, no Nordeste, já existem grupos que produzem este material. Todavia, os grupos nordestinos não vendem seus materiais para todo o Brasil. É importante frisar que as estratégias de marketing, tão eficientes utilizadas pelas editoras para venderem LD, aparecem com mais vigor nas apostilas confeccionadas no Sul e no Sudeste.

⁸ As duas perguntas do Quadro 2 se encontravam no questionário da escola.

1 e 2, por exemplo, dificultam a utilização de folhetos e textos avulsos nas aulas, uma vez que o material “adequado”- a apostila - já foi confeccionado pelo(s) próprio(s) professor(es) da escola.

Outro problema que encontramos, nestes dois tipos de apostila, é com relação à autonomia do professor em criticar o material utilizado em sala de aula. Pois, ao criticar o material, o professor está criticando, ao mesmo tempo, a escola e o professor (companheiro de trabalho) responsável pela elaboração do material. Deste modo, as relações de trabalho não são “propícias” para críticas, diferentemente talvez se a crítica fosse feita a um autor de livro didático.

Para fundamentar nossa análise, recorreremos às vozes dos coordenadores, professores e alunos através de questionários. Cada escola recebeu 1 questionário da escola, 10 de professores e 10 de alunos, cabendo à instituição aplicar o questionário no momento mais apropriado, uma vez que a escola não poderia interromper suas atividades para aplicação do questionário. Neste trabalho, mostraremos alguns resultados desta pesquisa, a saber: a) o porquê das escolas adotarem este material; b) como este material é visto pelos professores e alunos. Para iniciar, tomemos como base a tabela abaixo para percebermos e confrontarmos a opinião da escola, dos professores e dos alunos com relação às AEs⁹:

Opinião das escolas sobre as AEs.	Opinião dos professores sobre as AEs	Opinião dos alunos sobre as AEs
Qual os principais motivos e as vantagens para adoção desse material?	Se tivesse que dar uma nota entre 0-10 para seu material, qual seria? Justifique.	Se tivesse que dar uma nota entre 0-10 para seu material, qual seria? Justifique
Escola A: "a situação econômica dos pais"/ "colaborar com o poder aquisitivo dos pais"	Professores da escola A: "4, não existe uma interação com o aluno"/ "4, por não trabalhar com mapas e a xerox ser de cópia de livros, ou seja, o professor fica fora desse processo"/ "5, (...) existem conteúdos que está fora da realidade"	Alunos da escola A: "6, porque aparte de geografia esta toda em xerox, e não dá para ver direito"/ "0, tem muitos erros muitas falhas e é preto e branco"/ "3, o material vem incompleto, são de vários livros."

⁹ Não houve nenhuma alteração ou correção gramatical nas respostas transcritas neste trabalho.

¹⁰ O conteúdo de Português programado para a IV Unidade, nas apostila da 8ª série da escola B, surgiu nas apostilas de II Unidade, ou seja, as apostilas chegaram com problemas de impressão, pois os conteúdos estavam trocados. A escola argumentou que não houve como trocar o material e por isso continuou seguindo o conteúdo da apostila.

Escola B: "Este material facilita a vida do aluno e professor"	Professores da escola B: "7, falta de conteúdos que temos que suprir e aula" / "8, a apostila da 8ª série está invertida" / "8, porque os textos deveriam ter mais haver com a realidade dos alunos"	Alunos da escola B: "7, o conteúdo é muito fraco para uma turma de 3º ano e muitos assuntos não são completos." / "9, pois tem muita coisa diferente da apostila do prof. para o aluno" / "7.5, não veio totalmente igual ao dos professores. Ex: Português"
Escola C: "Trabalhar o ensino uma maneira mais direta, facilitando seu aprendizado e os direcionando á prática do vestibular"	Professores da escola C: "10" sem justificativas, "8,5, porque os assuntos são divididos".	Alunos da escola C: " -3, ela é totalmente incompleta! Não chega nem aos pés dos livros normais! Ela é podre!!!" / "6, não me identifico com o material, muito resumido, pouco explicado"
Escola D: modernidade, uma vez que as apostilas estão presentes na maioria das revistas sobre educação, na televisão etc.	(não informado)	(não informado)

Através das respostas dadas pelos coordenadores, professores e alunos, podemos perceber as principais causas da adoção de AEs nas escolas particulares e como esse material é visto pelos seus usuários. Apresentaremos, em seguir, algumas das qualidades das apostilas segundo as escolas A, B, C e D. Carmagnani (1999) detalha as principais qualidades das apostilas de acordo com os seus produtores e autores, a saber: atualidade, custo, adaptação ao vestibular, didática e modernidade. Vale frisar que esse mesmo discurso foi encontrado nas nossas observações. Além desses cinco itens, incluímos também *mídia e marketing*, por aparecerem constantemente nos comentários das escolas que utilizam as apostilas do tipo 3. Vejamos um breve comentário sobre esses itens:

- *Atualidade*: a apostila pode ser atualizada constantemente, incluindo novas informações e exigências dos diversos vestibulares.
- *Custo*: a produção e reprodução desse material apresentam um custo muito mais baixo do que o LD.
- *Adaptação ao exame vestibular*: a apostila pode selecionar e resumir os principais

¹¹ Na disciplina de Literatura, por exemplo, existem universidades que elaboram questões sobre Literatura Brasileira e Portuguesa, outras instituições apenas exigem Literatura Brasileira. Além disso, a diversidade de autores e obras exigidas pelas diversas universidades faz com que o material apostilado seja mais direcionado para o vestibular específico de cada estado. O LD, nesse caso, é mais homogêneo.

pontos dos diversos vestibulares realizados no Brasil. A heterogeneidade de assuntos e de tipos de prova se enquadra muito mais no sistema apostilado do que nos LDs.¹¹

· *Didática*: as apostilas facilitam a revisão dos principais pontos; além disso, incluem lembretes, piadas para “facilitar” a aprendizagem, o slogan da escola, etc.

· *Mídia*: através de propagandas veiculadas nas revistas Nova Escola, Educação, Veja entre outras; ou em cenas dos programas da rede Globo como: Mallhação e Sandy e Júnior.

· *Marketing*: os professores que utilizam apostilas tipo 3, por exemplo, ganham prêmios, a saber: viagens para capacitação do material em hotéis luxuosos da costa baiana, como informou as escolas C e D que utilizam o mesmo material, ou brindes, como perfumes, que inesperadamente chegam na casa dos professores.

· *Modernidade*: por ser descartável, elas podem ser substituídas a qualquer momento. Ou como diz o slogan de uma apostila: “ O material do século 21”. Observamos também que algumas AEs distribuem *softwares* educativos.

Como bem disse Carmagnani, “resta-nos saber se as ‘qualidades’ pressupostas deste tipo de material não apresentam apenas uma nova roupagem para um material que carece de outros questionamentos. A leitura da tabela acima nos mostra como os professores e, principalmente, os alunos não se sentem a vontade utilizando este material. Nos questionários, foram poucos os alunos que citaram pontos positivos nas AEs. Ao perguntar aos professores e aos alunos o porquê da escola utilizar apostilas, obtivemos as seguintes respostas:

Quadro 4: Opinião dos professores e alunos sobre o porquê da adoção de AEs

Na sua opinião, por que a escola utiliza esse material?	Na sua opinião, por que a escola utiliza esse material?
Professores da escola A: "lucro para escola"/ "para se beneficiar financeiramente"/ "comodismo"/ por que é mais em conta para os pais dos alunos"	Alunos da escola A: "porque ele sai mais barato, ou seja, com mais facilidade para o bolso dos nossos pais"/ " para ganhar mais dinheiro"/ " com os livros didáticos a escola não lucra nada. Eles fazem xerox de livros e acrescentam mais uma porcentagem de dinheiro em cima do que eles gastam"
Professores da escola B: "para ficar mais comodo para o aluno"/ " porque é o que há de novo em matéria de ensino"/ "preço mais barato"/ "pelo fato de ser reconhecido e aprovado por outras instituições de ensino"/ "ordem da administração da escola"	Alunos da escola B: "por que é mais resumido, e a gente não se atrasa tanto com os assuntos"/ "porque é mais barato"/ "porque é um material muito bem visto e porque acham um bom material eu e muitos aqui na sala de aula não gostão"/ "talvez eles queiram apenas maior custo para nós, por menos qualidade deles"

Professores da escola C: " custo para o aluno é menor"	Alunos da escola C: " para render mais grana, pois nós estamos comprando dele, e não das livrarias." / " para dar lucro ao colégio pois os alunos compram a apostila a ele" / "porque eles acham que é melhor".
--	---

A leitura desse segundo quadro nos permite concluir alguns pontos importantes na adoção das apostilas:

Primeiramente, os professores e os alunos confirmam que as apostilas fazem com que os donos das escolas ganhem extra com a produção ou a venda do próprio material didático, como podemos perceber na fala dos professores e dos alunos da escola A. Deste modo, a escola transforma-se em uma empresa: os conteúdos são homogêneos, padroniza-se a aprendizagem etc. Encontramos a mesma situação presenciada por Carmagnani (1999), ao observar uma escola em São Paulo: o controle da instituição sobre o trabalho dos professores e dos alunos através do material didático.

Segundo, o professor transforma-se em um aplicador do material didático e quando surgem dúvidas, eles recorrem aos LDs ou liga para o 0800, serviço prestado por algumas apostilas do tipo 3. O aluno está ali somente para acumular o "conhecimento" e/ou completar os espaços em branco. Além disso, vale lembrar que os alunos não estão satisfeitos com o material. Isso acontece porque os principais usuários diretos – os professores e alunos - e os indiretos – os pais, professores de reforço, entre outros – não são envolvidos no processo de escolha do material.

3. Conclusão¹²

Esse trabalho mostra como o uso e a escolha dos materiais nas instituições particulares ainda merecem ser (re)vistos, pois ainda há alguns mitos e mistérios na sombra do caos, como comentamos no início do trabalho. O ensino apostilado é cada vez mais freqüente nas grandes cidades e no interior no Brasil. Acreditamos que o maior problema é a concepção de educação, de professor e de aluno que estão por trás dessa imprensa escolar.

"O professor é o mediador autorizado das informações contidas no material e o aluno aquele que as acumula. A educação bancária tão criticada por Paulo Freire reaparece nas apostilas de forma mais intensa do que nos LDs." (Carmagnani, 1999:54). O professor, mesmo que queira, não consegue ir muito além das aulas determinadas pelo sistema: primeiro, a escola não disponibiliza outros materiais; segundo, as avaliações, na maioria das vezes, são feitas por outros sujeitos, etc. Em nossa pesquisa, observamos que nenhuma escola debate com o professor a adoção desse material, a escolha é feita pela coordenação e direção das instituições.

As AEs, principalmente do tipo 3, dificultam o relacionamento entre professores e alunos, pois elas partem do princípio de que todas as escolas devem aprender o mesmo conteúdo, da mesma forma, com a mesma didática. Não apresentam manuais do professor, apenas disque-dúvida ou treinamento. A apostila tipo 4 não respeita a lei dos direitos autorais e cria um clima de insegurança entre os professores e alunos.

¹² Gostaríamos de agradecer às escolas, aos professores e aos alunos que (in)diretamente contribuíram para realização desse trabalho.

Vale salientar que esta breve análise não representa um parecer que abone ou desabone tais AEs, uma vez que não é nosso objetivo, neste artigo, fazer uma análise detalhada de cada apostila, observando como é utilizada e os conteúdos por ela veiculados.

Acreditamos que qualquer avaliação, com disse Suassuna (1994), pode ser entendida como uma tomada de posição contra o autoritarismo e as verdades que se nos colocam como absolutas e inquestionáveis, avaliar é um processo de reflexão. Partindo desse pressuposto, observamos professores apáticos e alunos não satisfeitos com o material.

Independente da qualidade do conteúdo das apostilas, devemos lutar para melhorar as condições de produção do ensino-aprendizagem. Essa melhora, segundo afirmou Geraldi, passa pelo questionamento radical da função do material didático, passa pela destinação de tempo para professores e alunos reorientarem seu trabalho, passa pela redefinição de conteúdo. Acreditamos que passa também pela mudança na formação do profissional, como bem lembra Alves (2000:16):

“Educadores, onde estarão? Em que covas terão se escondido? Professores, há aos milhares. Mas o professor é profissão, não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, ao contrário, não é profissão; é vocação. E toda vocação nasce de um grande amor, de uma grande esperança”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAUURRE, Maria Bernadete et al. (1998). Avaliação de cartilhas e livros didáticos: perguntas a formular. *Leitura - teoria e prática*. Ano 17, nº 31.
- ALVES, Rubem (2000). *Conversas com quem gosta de ensinar (+ qualidade total na educação)*. Campinas, Papirus.
- BATISTA, Antônio Augusto G. (1999). Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: Márcia Abreu, org. *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, Mercado de Letras.
- BRITTO, Luiz Percival L. (1997). *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, ALB, Mercado de Letras.
- BUNZEN, Clecio. (2000). O tratamento do conceito de gramática nos livros didáticos. In: *Ao pé da letra, Revista dos alunos de Graduação em Letras. Volume 2*. UFPE.
- CARMAGNANI, Ana Maria (1999). Ensino apostilado e a venda de novas ilusões. In: Coracini, org. *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas, Pontes.
- FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra.
- FREGONEZI, Durvali Emílio. (1997) Livro didático de Língua Portuguesa: Liberdade ou Opressão? In: Maria do R. Gregolin, org. *O que quer e o que pode esta língua?* Araraquara, UNESP-Ar.
- FREITAG, B. et al. (1989). *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez.
- GARCIA, Olgair Gomes (1997). A aula como momento de formação de educandos e educadores. *Revista de educação, AEC*, nº 104.

- GERALDI, João W. (1987). Livro didático de língua portuguesa: a favor ou contra? Entrevista a Ezequiel Theodoro da Silva. *Leitura - teoria e prática*. Ano 6, nº 09.
- LAJOLO, Marisa (1982). *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Rio de Janeiro, Globo.
- MATENCIO, Maria de Lourdes Merreles (1994). *Leitura, produção de texto e a escola*. Campinas, Mercado de Letras.
- RANGEL, Egon (2001). Livro Didático de Língua Portuguesa: o retorno do recalcado. In: Angela Dionisio, org. *O livro didático de Português: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro, Lucerna.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da (1998). Ainda sobre o sem-fim dos didáticos. In: *Críticidade e leitura: ensaios*. Campinas, Mercado de Letras.
- _____ (1988). Apresentação. In: MOLINA, Olga. *Quem engana quem: professor x livro didático*. São Paulo, Papirus.
- SUASSUNA, L. (1994). Contribuições ao debate sobre o material didático de língua portuguesa. *Leitura - teoria e prática*, nº 24, Ano 13.
- WHITAKER, Dulce Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina (1999). *Dez anos depois: UNESP. Diferentes perfis de candidatos para diferentes cursos (Estudo de variáveis de capital cultural)*. Série Pesquisa Vunesp, Volume 11.